



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Contratos  
Subseção de Revisão e Finalização da Fase Interna

Termo de Referência - PMDF/DSAP/DPGC/SP/SSRFFI

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação serviços técnicos para confecção e substituição de painel de identificação em fachada da sede do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal - DSAP, conforme quantidade e especificações contidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** (art. 6º, III, e art. 40, I, da Lei nº 8.666/1993).

<b>Órgão Responsável pela Contratação</b>	<b>DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL - DSAP</b>
<b>Objeto:</b>	<b>SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DO PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO DA FACHADA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL - DSAP/PMDF.</b>

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. Trata-se de demanda contida em Documento de Oficialização de Demanda (Doc. SEI/GDF 104190783), o qual instrui acerca da necessidade de substituição do painel de identificação do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal - DSAP.

2.2. O atual painel de identificação do Departamento, instalado na fachada de seu prédio principal, encontra-se degradado em função da exposição ao tempo, tendo a compreensão de seus caracteres prejudicada, conforme registro realizado em 20 de janeiro de 2023 Doc. SEI/GDF 104226881).

2.3. Em recente vistoria, verificou-se que a estrutura metálica, a qual faz suporte a lona de identificação, encontra-se também degradada (ferrugem), em virtude das diversas intempéries climáticas ao longo de sua vida útil, sendo assim necessária a sua substituição.

2.4. É importante ressaltar que o painel fica em lugar de grande visibilidade e tem a finalidade de - além de identificar a Diretoria - ajudar na localização do endereço.

**3. ORIGEM DA DEMANDA**

3.1. Documento de Oficialização de Demanda (Doc. SEI/GDF 104190783).

**4. DOS BENEFÍCIOS À CORPORACÃO**

4.1. A substituição do atual painel de identificação, em lona, do Departamento contribuirá com o reforço e a valorização da identidade visual em conformidade com o Regulamento de Identidade Visual (RIV) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), 3ª Edição, do ano de 2022.

4.2. A fachada de identificação do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, quando em boas condições de impressão e iluminação é um importante instrumento para o auxílio à localização do prédio.

**5. DA ADEQUAÇÃO AO PLANEJAMENTO DA PMDF**

5.1. A presente demanda está de acordo com os valores relacionados no Plano Estratégico da PMDF 2023-2034, nos termos da Portaria PMDF nº 1.302/2022.

5.2. No mesmo sentido, há previsão para tal contratação no planejamento orçamentário da Corporação, conforme PIO/2023, de acordo com a Portaria PMDF n. 1.297/2022.

**6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

6.1. Os objetos a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002.

## 7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A aquisição deste serviço por meio de contratação direta encontra amparo legal no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/1993, considerando tratar-se de aquisição de "pequeno valor".

7.2. Além do aspecto mencionado acima, ao realizar pesquisa de mercado, foi resguardado o critério do menor preço e dos serviços que realmente atendem às necessidades do objeto ora em análise, visando a observância legal do princípio da economicidade e da melhor vantagem para Administração Pública, previstos nos artigos 3º *caput*, e art. 15, incisos IV e V, da Lei 8.666/1993.

## 8. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

8.1. Conforme Documentos de Oficialização de Demanda (Doc. SEI/GDF 104190783), os serviços a serem adquiridos são:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CONSUMO ANTERIOR	ESTOQUE ATUAL	QUANTIDADE SOLICITADA
Contratação de serviços de confecção/manutenção de painel visual <b>CATSER: 14249</b> Código: 3.3.90.39.05 - Serviços técnicos profissionais	m <sup>2</sup>	41,625 m <sup>2</sup>	Não se aplica	41,625 m <sup>2</sup>

8.2. Por se tratar de substituição de lona já existente, será mantido o design original, porém, em dimensões maiores, a fim de bem ocupar o espaço da lona e conferir maior visibilidade ao letreiro, devendo o material conter todos os padrões de cores e caracteres já empregados no letreiro atualmente instalado, conforme Fotografia (Doc. SEI/GDF 104226881).

## 9. PLANILHA DE CUSTOS ESTIMADOS

9.1. A fim de avaliar a efetiva viabilidade e o custo-benefício da contratação a ser derivada do presente estudo, foram realizadas pesquisas de preços (Docs. SEI/GDF 104293310, 104293395 e 104293467), tomando-se como base os parâmetros de pesquisa de preços estabelecidos pela Portaria GDF nº 514/2018, conforme abaixo:

ITEM TR	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	FORNECEDOR 1	FORNECEDOR 2	FORNECEDOR 3	VALOR UNIT ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	Substituição de lona de identificação DSAP (27x1,5m)	m <sup>2</sup>	41,625 m <sup>2</sup>	R\$ 5.500,00	R\$ 4.162,50	R\$ 8.790,00	R\$ 4.831,25	R\$ 4.831,25

9.2. O valor total estimado para aquisição é de **R\$ 4.831,25 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, baseado na média aritmética ou na mediana dos preços válidos obtidos em pesquisas junto a fornecedores especializados, conforme Planilha de Custos acima.

9.3. Devido a especificidade dos itens constantes em Documento de Oficialização de Demanda (Doc. SEI/GDF 104190783), não foi possível a obtenção de estimativas de preços públicos registrados no Sistema de informações da Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria de Fazenda do GDF, e em Atas de Registro de Preços no Sistema Painel de Preços do Ministério da Economia.

9.4. Com relação aos valores fornecidos em consulta à fornecedor, temos os totais:

9.5. Fornecedor 1 CNPJ 30.750.615/0001-04: R\$ 5.500,00;

9.6. Fornecedor 2 CNPJ 06.374.127/0001-57: R\$ 4.162,50;

9.7. Fornecedor 3 CNPJ 31.616.571/0001-89: R\$ 8.790,00.

9.8. Sendo o fornecedor de número 2 o que obteve a melhor proposta.

9.9.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- 10.2. Cumprir todas as especificações, prazos, obrigações constantes do Termo de Referência;
- 10.3. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado;
- 10.4. Substituir os produtos a juízo do servidor designado para o recebimento ou fiscalização, que não forem considerados de acordo com as especificações solicitadas no Termo de Referência e contidas na proposta, ou que apresentem qualquer defeito ou incorreção, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;
- 10.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes do fornecimento do material;
- 10.6. Responsabilizar-se pelas eventuais despesas com o fornecimento do material, qualquer que seja o valor;
- 10.7. Entregar os materiais no prazo estipulado no contrato, conforme prescreve o art. 50 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.078/1990, devendo o objeto estar em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações técnicas deste Termo de Referência;
- 10.8. Transportar os materiais dentro dos critérios estabelecidos pelo fabricante de modo a não afetar sua identidade, qualidade e integridade;
- 10.9. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 10.10. A contratada deverá realizar a reposição dos produtos que apresentarem defeitos durante o prazo de vigência da garantia no prazo máximo de 30 dias contados da notificação emitida pela contratante.
- 10.11. A Contratada deverá comunicar imediatamente à PMDF qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

**11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 11.1. Indicar o representante da Administração ou fiscal do contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/1993;
- 11.2. Designar servidor responsável pelo recebimento do objeto contratado, conforme art. 73 da Lei 8.666/1993;
- 11.3. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a contratada;
- 11.4. Fornecer e colocar à disposição da contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento do material ou à execução dos serviços;
- 11.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no objeto contratado;
- 11.6. Notificar a contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 11.7.

**12. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 12.1. O contrato terá vigência de 12 (meses) a partir da assinatura do instrumento contratual.
- 12.2.

**13. RECEBIMENTO**

- 13.1. O recebimento dos itens objetos do Termo de Referência se dará conforme art. 73 da Lei nº 8.666/1993, e devem ser entregues no seguinte endereço:
  - 13.1.1. SAISO Área Especial nº 4, Setor Policial Sul - CEP 70.610-200, Brasília/DF - Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal - Polícia Militar do Distrito Federal, de segunda a sexta-feira, no horário de 14h às 18h;
- 13.2. Será recebido o material:
- 13.3. Provisoriamente, com a conferência da quantidade solicitada, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- 13.4. Definitivamente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
- 13.5. Durante esta etapa, a CONTRATANTE poderá realizar testes de funcionamento, de forma a verificar a compatibilidade dos bens entregues com as especificações constantes do edital e da proposta da CONTRATADA;
- 13.6. Caso sejam consideradas insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, os objetos serão rejeitados, devendo ser substituídos no prazo máximo de 15 dias, ficando os novos produtos entregues sujeitos às mesmas verificações;

- 13.7. Caso o(s) objeto(s) não sejam substituídos no prazo estabelecido no subitem anterior, ou caso o(s) novo(s) produto(s) também sejam rejeitados, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções legais previstas;
- 13.8. Os custos para que sejam substituídos os produtos rejeitados correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA;
- 13.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 13.10. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos bens fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, dentro do prazo de garantia;
- 13.11. Se o fornecedor deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente (principalmente no contido no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/1993);
- 13.12. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.

#### 14. PRAZOS

- 14.1. O objeto do contrato deve ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do instrumento contratual.

#### 15. PAGAMENTO

- 15.1. Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:
- 15.1.1. a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 6.106/2007);
- 15.1.2. b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela CEF (Caixa Econômica Federal), devidamente atualizado (Lei nº 8036/1990);
- 15.1.3. c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- 15.1.4. d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011);
- 15.2. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista;
- 15.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e de pagamento;
- 15.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA;
- 15.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, de qualquer obrigação que lhe for imposta, ou em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 15.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:
- 15.6.1. I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e
- 15.6.2. II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 15.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A (BRB). Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767/2011. Ficam excluídas desta regra as empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que vencerem o processo licitatório no âmbito do DF;
- 15.8. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, previstos na Instrução Normativa SRF nº 480/2004, alterada pela IN nº 539/2005;
- 15.9. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES);

15.10. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação;

15.11. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;

15.12. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 16. SANÇÕES

### 16.1. Das Espécies

16.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às sanções estabelecidas no Decreto nº 26.851/2006, alterado pelos Decretos nos 26.993/2006 e 27.069/2006, a seguir relacionadas:

16.2.1. I - advertência;

16.2.2. II - multa; e

16.2.3. III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.3. Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, a penalidade a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.4. IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## 17. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

17.1. O objeto deve conter a garantia mínima de 3 (três) meses contra quaisquer defeitos de fabricação, a contar da data de recebimento definitivo do bem.

17.2. O prestador deverá apresentar ao fiscal do contrato *layout* do letreiro antes de iniciar os serviços, a fim de que seja aprovado pela Administração.

17.3. Aplicam-se ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.

## 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. A presente demanda está prevista por meio da Portaria PMDF n. 1.297/2022, a qual aprova o Plano Interno de Orçamento 2023, conforme dotação orçamentária definida na Lei Orçamentária Anual da União e do Distrito Federal para a Corporação.

Diretoria de Assistência à Saúde					
Dem	Discriminação	Cód. Desp.	Meta Física	Prod/Und	Valor (R\$)
Custeio					
368	Serviços Técnicos Profissionais	33.90.39.05	1	0	2.421.586,00

## 19. AUTOR

JOÃO PAULO FEDERIGHI CHAMIZO SILVA 2º SGT QPPMC

Núcleo de Elaboração de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO FEDERIGHI CHAMIZO SILVA - 2º SGT QPPMC, Matr.0195678-7, Policial Militar**, em 26/01/2023, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=104571026](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=104571026) código CRC= **C453038D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO ÁREA ESPECIAL CONJUNTO 04 - DPGC - Bairro Asa Sul - CEP 70610-212 - DF

31908073

00054-00010219/2023-22

Doc. SEI/GDF 104571026